Revista Portuguesa
de História

de trabalho — é também a base sólida e fecunda sobre que se há-de erguer a história das nossas corporações, cujas instituições representativas — o *Juíz do Povo* e a *Casa dos Vinte e Quatro* — declaram, em 1620, «serem suas funções as de fazer ao rei as lembranças convenientes ao bem comum, ao serviço de Deus e ao serviço do monarca... e trabalhar dia e noite no bem do povo».

Assim, com o seu trabalho tão cuidadosamente elaborado, o Prof. MARCELO CAETANO deu-nos uma bela e proveitosa lição de construção histórica e de história construtiva.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

FRANZ-PAUL LANGHANS: *As Corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história.* Com um estudo do Prof. Doutor MARCELO CAETANO. 2 volumes. Lisboa, 1943 e 1946.

Na longa série de obras e de fontes históricas publicadas em comemoração do duplo centenário da fundação e da restauração da Monarquia portuguesa, não é esta uma das menos valiosas. De facto, além do estudo notabilíssimo do Dr. MARCELO CAETANO sobre *A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa*, que julgámos dever apreciar separadamente, e do número e importância dos documentos publicados, há a considerar — porque valoriza imensamente a colectânea — o trabalho do Dr. FRANZ-PAUL LANGHANS, que revela o seguro critério do investigador e do erudito, dominando perfeitamente o campo de acção, que não é isento de dificuldades, diria mesmo, de armadilhas.

Em *Nota preliminar*, explica o Dr. LANGHANS a génese da publicação. Enveredou-se, e muito bem, pelo caminho da simplificação, com espírito realista, pois o primitivo plano, generosamente elaborado, correria o risco de não se realizar, uma vez que só uma organização, mantida em centros de estudo convenientemente dotados de obreiros capazes de trabalhar em verdadeiro espírito de colaboração, seria capaz de levar a bom termo tarefas como essa.

Em conclusão: resolveu-se «reduzir a investigação ao absolutamente indispensável, apurando os diplomas fundamentais e coligando-os segundo um critério prático».

Depois de se referir aos diplomas registados nos Livros de Posturas, que são importantíssimos para o estudo da primitiva organização dos mesteres da cidade de Lisboa, F. L. alude à compilação feita por DUARTE NUNES DE LIÃO, em 1672, e respectivas alterações e acrescentamentos até à reforma pombalina, com que se formaram dois livros, além de outros dois de registo dos regimentos; e observa: «A preciosa colecção de *Livros dos Regimentos*, a que acabamos de fazer referência — incluindo os *Livros de Posturas* para os primeiros tempos — é a fonte directa para o estudo da vida e organização dos antigos officios. Por ela se pode acompanhar, quase dia a dia, a transformação desses agrupamentos profissionais, vista através da sua administração, dos seus conflitos, das suas necessidades como entidades autónomas, da sua disciplina como entidades subordinadas à Câmara de Lisboa».

Mas um material tão abundante e disperso — explica FRANZ LANGHANS — impôs a sua pesquisa e sistematização imediata, reunindo-se «todos os assuntos pertencentes a cada officio, desde as referências mais antigas até às últimas manifestações dentro do velho enquadramento». E assim pôde aproveitar «a visão de conjunto para, com ela, estabelecer a base da primeira parte desta obra», que constitue os dois volumes que agora analisamos.

Os mesteres são seriados alfabeticamente, para maior facilidade de consulta, e, dentro de cada um, «procurou-se, em primeiro lugar, determinar a sua posição na Casa dos Vinte e Quatro, segundo as regulamentações ou reformas feitas nos reinados de D. João III (1538), e de D. José (1771)», sumariando-se depois «os assuntos de diplomas já publicados ou dos inéditos, cujo conteúdo não merecesse a pena transcrever na íntegra, com a indicação da obra ou do original onde se encontram e de outros elementos identificadores».

«Como os documentos mais típicos são os Regimentos, eles constituem, diga-se assim, — acentua o DR. LANGHANS — a armadura de toda a obra». Trata-se de material abundantíssimo que está «na sua quase totalidade desconhecido ou, pelo menos, des-

prezado» — e tanto basta para nos fazer vislumbrar a importância da colectânea em tão boa hora empreendida.

Realmente, como acentua o Dr. FFANZ LANGHANS, «ao executar este trabalho descobriram-se muitos factos até aí duvidosos ou ignorados; deu-se a outros o seu devido valor; puderam-se marcar períodos ou épocas na história dos officios mecânicos, pela determinação de acontecimentos e medidas de efeitos decisivos ; foi possível rectificar muitos erros, preencher lacunas, clarificar certos aspectos ainda obscuros da vida das classes trabalhadoras de outros tempos».

Nesta *Nota preliminar*, tão explícita, parece-nos, no entanto, faltar um esclarecimento sobre as normas seguidas na transcrição dos textos. Certamente o Autor julgou-se dispensado de o dar em virtude do propósito de reproduzir os manuscritos com uma fidelidade absoluta. Não obstante, faz falta esse esclarecimento. Uma transcrição é sempre uma interpretação, e toda a interpretação deve obedecer a determinadas regras.

De facto, só pela gravura é possível obter a reprodução fiel, mormente de textos antigos, pois, ao copiá-los e reproduzi-los em letra de forma, não se conseguem manter absolutamente as suas características originais. Por isso, e tendo-se em vista que a publicação dos textos se faz para facilitar a sua leitura, se adopta hoje geralmente o critério de rectificar a pontuação, disciplinar o emprego das maiúsculas, e desdobrar as abreviaturas, evitando todos os sinais que possam embaraçar o leitor.

Sendo assim, parece-nos absolutamente condenável o zelo excessivo de que resultam leituras como estas: *aCu\ar* e *decLaraçam* (r, pág. 535); ou *aSim* e *aSSistir* ; ou *ou Ver* (n, págs. 36g, 417 e 728). E não se diga que só assim se não corre o risco de falsear o sentido do texto. A indicação prévia das normas seguidas, e explicações complementares, dadas em notas de fundo de página, evitam perfeitamente esse risco.

Para facilitar a compreensão dos leitores, F. L. precedeu a publicação dos manuscritos de uma chave de abreviaturas, que, dado o critério seguido, é utilíssima. Realmente, poderiam surgir dúvidas sobre a interpretação de P.^{am} (Petição), Snn. (Sentença) ou Supp.^{te} (Suplicante); mas parece-nos excessivo que se indique também o valor de Liv.^o ou de ¶VI.¹⁰, a não ser pelo desejo, aliás louvável em princípio, de ser exaustivo.

Não devemos ainda deixar de nos referir aos índices com que terminam os volumes, índices esses que, apesar de inevitáveis defeitos, foram elaborados com um cuidado digno de louvor.

Ao índice alfabético (simultaneamente ideográfico) acrescenta-se, no vol. ii, uma *Tábua Cronológica dos Regimentos dos Ofícios Mecânicos de Lisboa*, que abrange «os regimentos contidos nos dois volumes, ordenados segundo a data da sua aprovação e publicação, indicando-se ainda as fontes e notas elucidativas sobre os casos em que se tenham de fazer referências especiais».

Trabalho utilíssimo este, pois, como observa o Dr. LANGHANS, ordenando os regimentos pertencentes aos séculos xv, xvi, xvii, xviii e xix, facilita-se a sua consulta e proporciona-se a visão de conjunto de uma secular actividade regulamentar.

TORQUATO DE SOUSA SOARES

VIRGÍNIA RAU: *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*. Lisboa, 1943.

Livro promissor é este, pois dá já a medida de uma vocação que não tardaria a afirmar-se em obras do melhor quilate.

Não revela ainda — nem podia revelar — a maturidade de espírito indispensável à visão de um quadro tão complexo; mas testemunha um método de trabalho, que nos permite julgar que a Autora segue o bom caminho na investigação e na construção históricas.

De facto, como diz V. R., «as feiras são um dos aspectos mais importantes da organização económica da Idade Média», ocupando, na história da nossa economia, um lugar relevante. Fazia, por isso, falta um trabalho de conjunto, uma monografia, que as estudasse integradas no seu próprio ambiente político e social. V. RAU procurou preencher esta grave lacuna.

Depois de marcar a sua posição — de acordo com a do Prof. VALDEAVELLANO — sobre as relações entre a feira e a cidade, concluindo, e muito bem, pela impossibilidade de filiar o renascimento urbano na fundação das feiras; e depois de se referir ao seu desenvolvimento na Europa ocidental, especialmente a partir do século xi; a Autora põe em contraste o que se